

Agroecologia e certificação solidária: Desafios e possibilidades à regularização de agroindústrias familiares

Nádia Velleda Caldas* & Flávio Sacco dos Anjos**

Resumo: A certificação de produtos agroecológicos é vista atualmente como instrumento através do qual agricultores podem incrementar suas receitas, mediante a conquista de mercados mais exigentes, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Trata-se, não obstante, de um procedimento que envolve custos, invariavelmente incompatíveis com as condições em que operam os estabelecimentos familiares. O artigo apresenta resultados de pesquisa apoiada pelo CNPq e desenvolvida na região das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. Destaca as dificuldades de implementação e a opinião dos entrevistados quanto ao interesse de participar desse processo e suas expectativas em relação ao futuro.

Palavras chaves: agricultura familiar, agroecologia, certificação social.

Abstract: The certification of ecological products is presently seen as an instrument through which farmers can increase their incomes by expanding to new markets, either national or foreign. Nevertheless, this venture involves costs, mostly incompatible with family farms operating conditions. The article presents some outcomes of research project developed in the north-east region of Rio Grande do Sul state. This work highlight the difficulties of implementation and the farmers' opinion both about their interest to engage in the project and their expectations regarding the future.

Key words: family farming, agroecology, social certification.

I - Introdução

Tornou-se quase um lugar comum a assertiva de que a agregação de valor aos produtos representa uma via através da qual os agricultores familiares podem incrementar o nível de ingresso econômico em suas unidades produtivas. Essa estratégia se viu reforçada na medida em que simultaneamente constata-se o declínio

dos preços da maior parte dos produtos agrícolas e o incremento dos custos de produção, bem como o crescente nível de exigências impostas por empresas do chamado complexo agroindustrial brasileiro (leite, carnes, fumo, etc.) em relação aos produtores a elas integrados.

Não é por outro motivo que acertadamente os serviços oficiais de extensão rural e organizações não-

governamentais (ONGs) passaram a atuar na implementação de projetos agroindustriais no âmbito dos estabelecimentos rurais familiares, visando incrementar o nível de ingresso econômico e diversificar as atividades produtivas. Essa tendência de incremento na transformação de produtos agropecuários no âmbito dos estabelecimentos rurais foi detectada, como indicam alguns estudos (SACCO DOS ANJOS, 2003), a partir dos dados do último Censo Agropecuário (1995-1996).

Não obstante, muitos desses empreendimentos sucumbem ante a impossibilidade de adequação às normas aplicáveis ao setor, dominado por grandes corporações que determinam as regras que regulam o comércio dos produtos agropecuários. No curso desse processo, muitas famílias abandonam o campo ou se convertem em produtores especializados de matérias-primas industriais, como aconteceu no caso do pêssego e do aspargo na região de Pelotas, RS.

Encontramo-nos, portanto, diante de um grande paradoxo. Famílias rurais que introduziram, na aludida região, a produção de conservas, de vinho e de destilados, dentre outros produtos da agroindústria rural, viram-se, da noite para o dia, impedidas de dar continuidade a essas atividades, ao mesmo tempo em que assumiram a condição de meros fornecedores de matérias-primas para empreendimentos industriais surgidos por força dos generosos subsídios da Era Vargas. Esse quadro foi magistralmente descrito em estudos como o de Grandó (1990) sobre o caso da colônia francesa no município de Pelotas.

Para efeitos desse artigo, caberia indagar: há espaço para retomada desses

projetos de agroindustrialização, nas atuais circunstâncias? Que chances de prosperar esses empreendimentos possuem no contexto dos impactos advindos do processo de globalização, cuja expressão consiste na conhecida tendência de concentração do capital e formação de grandes cartéis no setor de distribuição? Quais os obstáculos e limites que impedem ou podem interferir no êxito dessas iniciativas? Que caminhos podemos indicar para contornar tais dificuldades?

A resposta a essas questões identifica-se com o argumento central desse artigo, o qual concebe a produção agroecológica e a certificação solidária como duas grandes ferramentas através das quais abre-se aos produtores um caminho para afrontar tais desafios e incertezas. Cabe preliminarmente mencionar que entendemos a agroecologia nos termos propostos por Guzmán e Molina (1996). Para estes autores, trata-se de um campo de estudos que propugna o manejo ecológico dos recursos naturais e que, por intermédio de uma ação social coletiva de caráter participativo, do enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, torna-se possível reconduzir o curso alterado da co-evolução sócio-ecológica.

Na abordagem desse tema lançaremos mão das conclusões fundamentais de projeto de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Rural Sustentável da FAEM-UFPEL na região missioneira gaúcha, intitulado “*O Doce Sabor da Inclusão Social: Certificação Solidária da Agroindústria familiar*” (SACCO DOS ANJOS et al, 2006), o qual teve como principal parceiro a “Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços”, sediada em Porto Xavier.

Trata-se de organização não-governamental, cujo surgimento, na

década de 1980, orientou-se, fundamentalmente, para a busca de alternativas no sentido de enfrentar os impactos deletérios associados à expansão da monocultura da soja, bem como na implantação de projetos de desenvolvimento identificados com os princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável, cuja atuação se alastra por diversos municípios do norte e noroeste sul-riograndense.

Por certificação solidária entendemos uma iniciativa com características autogestionárias, no qual os próprios produtores comprometem-se em fiscalizar processos produtivos através da participação e co-responsabilidade, garantindo aos consumidores a qualidade dos produtos gerados no âmbito de suas propriedades, com base nos princípios da agroecologia. A segunda seção desse artigo apresenta resumidamente a metodologia do projeto “Doce Sabor da Inclusão Social”, ao passo que a terceira reúne alguns dos principais resultados alcançados. A quarta e última seção indica algumas das principais conclusões da pesquisa.

II - Metodologia

Partimos da premissa de que, mais além de seu valor intrínseco, esses empreendimentos artesanais enaltecem o ideal de autonomia dos produtores familiares na implementação de ações identificadas com uma forma de “saber camponês”. Não menos importante é o potencial que encerram no sentido da geração de trabalho e renda¹ no meio

¹ Nos municípios que integram a Microrregião de Cerro Largo os estabelecimentos rurais possuem uma área média correspondente a 16,19 hectares, cujo valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento alcança, em termos médios, a R\$ 7.754, 74 (INCRA/SADE, 2007).

rural e de diversificação da matriz econômica e produtiva de regiões em que a agricultura familiar é a forma social de produção dominante. Igualmente carregada de significado está a agroecologia como recurso através do qual torna-se possível imprimir uma nova marca que identifique produtos e processos em relação aos quais a sociedade contemporânea mostra-se aberta a reconhecer e recompensar, considerando o valor transcendental a que lhes corresponde.

A primeira etapa do projeto reuniu o levantamento de um conjunto de dados e informações sobre as condições em que operam as agroindústrias, particularmente as que se dedicam à produção de derivados de cana-de-açúcar (melado, aguardente, rapadura, açúcar mascavo e mandolate²). Essa aproximação, mediante aplicação de 47 questionários estruturados (entre agosto e setembro de 2006), serviu para conhecer a diversidade de empreendimentos que se ocultam no universo da agricultura familiar missioneira, muitos dos quais bastante afinados com as normas e padrões sanitários preconizados pelos órgãos de fiscalização, ao passo que outros funcionam em condições bastante rudimentares do ponto de vista da higiene e manutenção dos equipamentos utilizados, acondicionamento e transporte dos produtos obtidos através desses mesmos processos. A metodologia adotada na geração da informação que serviu aos propósitos do projeto, bem como à elaboração do presente artigo, incluiu ainda a realização de 22 entrevistas com roteiro

² Mandolate é um doce típico do Rio Grande do Sul, também conhecido como *torrone* (no Uruguai e Argentina) ou *turrón* (Espanha), produzido a partir de amendoim, mel, açúcar e clara de ovos.

semi-estruturado com agricultores e agricultoras vinculados às agroindústrias, agentes da extensão rural oficial (Emater), técnicos das prefeituras municipais e de ONGs que atuam na região.

As demais etapas do projeto buscaram, em última instância, a consolidação de um selo de certificação dos produtos das agroindústrias familiares, sendo que para tanto, realizaram-se seminários e dinâmicas de grupo com a presença dos agricultores envolvidos no processo, órgãos de assistência técnica, representantes governamentais, universidades, ONGs e representantes de agroindústrias familiares já consolidadas. Em um dos seminários o objetivo principal recaiu no esforço por identificar os gargalos que impedem com que grande parte das agroindústrias familiares possam, literalmente, sair do estado de clandestinidade.

Dentre os mais importantes entraves emergem os que dizem respeito à legislação sanitária, fiscal e previdenciária, muitos dos quais identificados pelos próprios produtores durante a realização das entrevistas e de um grande seminário ocorrido em Pelotas, nas dependências da Faculdade de Agronomia. Mais recentemente surge um novo obstáculo referente à compatibilização dos empreendimentos agroindustriais com os termos da legislação ambiental.

Consiste num novo imperativo resultante da atuação dos órgãos de fiscalização que apontam para a necessidade de adequação de agroindústrias familiares que realizam um uso intensivo dos recursos hídricos, bem como de um manejo adequado de dejetos oriundos dos processos de produção.

O processo de certificação esbarra na própria incapacidade de muitos agricultores de organizarem-se com vistas a assegurar a qualidade dos produtos e de adotarem procedimentos que permitam ampliar os espaços de comercialização e fortalecer a confiança dos consumidores interessados em consumir esses produtos. Alguns avanços, como demonstramos mais adiante, apontam nesse sentido. Destarte, há que contornar algumas dificuldades bastante importantes, muitas das quais identificadas pelos próprios protagonistas no marco da execução dessa pesquisa.

III – Um novo marco regulador dos projetos agroindustriais familiares: limites e possibilidades

O Governo Federal realizou um importante esforço no sentido de regular essa matéria, ao conceber o SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Decreto 5.741 de 30/03/2006). Através dele torna-se possível aos produtores o transporte e comercialização de sua produção em todo o território nacional.

Nesse sentido, a certificação solidária é vista como processo participativo que visa garantir a credibilidade de produtos, cuja elaboração atende aos princípios da agroecologia, da participação e da co-responsabilidade. Por intermédio dessa estratégia descortinam-se novos caminhos para a produção familiar, ao mesmo tempo em que se consolidam novas bases de legitimidade para esse importante setor da economia nacional. Mas apesar desses importantes avanços há, pelo menos, duas grandes classes de obstáculos a serem transpostos.

O primeiro deles tem a ver com a atitude refratária de muitos produtores em relação à necessidade de

submeterem-se à fiscalização de seus próprios pares, bem como da resistência em realizar mudanças nas condições de funcionamento de suas agroindústrias, as quais, invariavelmente, exigem recursos econômicos incompatíveis com sua escala de produção. Mas há outros aspectos que a pesquisa revelou do ponto de vista das preocupações dos produtores em relação ao funcionamento de suas agroindústrias.

A segunda classe de obstáculos prende-se aos ditames das legislações sanitária e fiscal que, como é sabido, foram concebidas para atender aos interesses e condições em que operam as grandes plantas industriais. A pesquisa identificou o descontentamento de muitos produtores com relação ao despreparo e insensibilidade dos fiscais da saúde. Esse sentimento brota não apenas do rigor de normas, nem sempre justificadas do ponto de vista sanitário, mas da própria incapacidade dos agentes em oferecer alternativas factíveis para que as agroindústrias possam adequar-se às normas vigentes.

Do ponto de vista fiscal, cabe advertir que os produtos resultantes do processo agroindustrial não podem ser incluídos no talonário de vendas do produtor, dificultando, sobremaneira, a comercialização, distribuição e recolhimento dos tributos correspondentes. Convencionalmente os compradores mostram-se contrários à emissão de contra-nota para as agroindústrias familiares de quem adquirem os produtos.

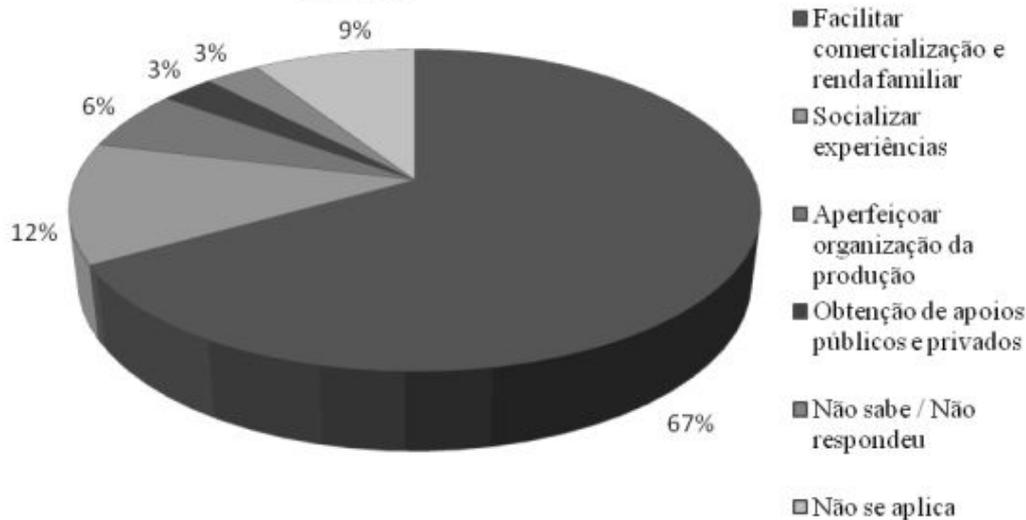
Muitas famílias rurais optam por constituir uma empresa de pequeno

porte através da qual obtêm o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Mas essa iniciativa traz consigo outras importantes implicações, como o fato dos agricultores e agricultoras perderem a condição de “segurado especial” da previdência social e, conseqüentemente, o direito de receber aposentadoria ao completarem, respectivamente, 60 e 55 anos de idade. Renunciar a esse direito é algo inconcebível no cotidiano de grande parte das famílias rurais brasileiras, mesmo para aquelas parcelas melhor situadas do ponto de vista das condições sociais de existência.

Os dados da Figura 1 mostram que praticamente 2/3 dos 47 produtores entrevistados julgam que a maior vantagem da certificação é justamente facilitar a comercialização e incrementar a renda familiar. Este quadro reflete as grandes dificuldades dos produtores familiares no acesso aos mercados, sejam eles locais ou regionais. A falta de padronização dos produtos requerida nos mercados convencionais e de regularidade na oferta dos artigos *conspiram* para um cenário de crescentes dificuldades.

Não é por outro motivo que muitos agricultores optam por preservar o véu de clandestinidade a que foram submetidos a partir da implantação de um arsenal de medidas, que, a pretexto de proteger os interesses do consumidor, impedem a regularização e adequação das agroindústrias familiares.

Figura 1: Distribuição dos entrevistados segundo a opinião sobre as vantagens do sistema de certificação de produtos da agroindústria familiar.



Fonte: Pesquisa Doce Sabor da Inclusão Social - UFPel/CNPq, 2006.

Mas ao serem acondicionados e transportados de forma inadequada, muitos produtos acabam por fortalecer o estigma de que a produção colonial (artesanal) é incapaz de adequar-se a padrões mínimos de higiene e sanidade. Hodiernamente os produtores entrevistados são vítimas de comerciantes que, literalmente, realizam a *maquiagem* de seus artigos e revendem-nos em mercados distantes com uma margem de lucro considerável.

Ainda assim, muitas famílias entrevistadas julgam que através da certificação solidária é possível superar tais dificuldades em face do interesse do consumidor por adquirir produtos dessa natureza. Importante papel que atualmente exercem as feiras regionais e mercados institucionais, como é o caso da merenda escolar ou das vendas para programas governamentais, como é o caso do Fome Zero.

Há importantes trabalhos que sinalizam para o erro de se tomar os mercados

como se fossem espaços estritamente marcados por regras rígidas, governados pelo esquema clássico da lei da oferta e demanda. Uma das importantes contribuições acerca do tema compreende a abordagem de Fliegstein.

Esse autor argumenta (FLIGSTEIN, 1990 e 1996) que os mercados devem ser estudados a partir de um dado contexto social e político, pois existe uma estreita relação entre Estado e Mercado. Os agentes recorrem ao primeiro para estabilizar e ditar as regras de relacionamento entre os vários produtores e destes com seus clientes. Propõe que se deixe de lado as hipóteses de atomismo, relações estritamente comerciais entre os agentes, e se passe a analisar o mercado como uma construção eminentemente social.

Deste modo, o papel da sociedade civil torna-se relevante para entender a dinâmica competitiva em certas cadeias produtivas, como a de alimentos ecológicos, em que o papel das

certificadoras e dos consumidores conscientes é muito relevante e necessário para validar este tipo de diferenciação do produto. Neste segmento produtivo, a confiança entre os produtores agrícolas, empresas de comercialização, consumidores e certificadoras é essencial para garantir a qualidade e confiança dos compradores finais. Deste modo, as relações entre os elos devem ser duradouras, sendo a transparência um atributo essencial.

O Campo Organizacional aparece na definição de Fligstein (1990) como uma arena institucional em que podemos visualizar a interdependência entre os agentes de uma dada cadeia produtiva (neste caso, de produtos de agroindústrias artesanais), envolvendo concorrentes, fornecedores, compradores, fabricantes de produtos substitutos efetivos e potenciais e o Estado³. Assim, a unidade de análise relevante não é mais a empresa ou o produtor rural individualmente, ou as transações feitas entre ambos. Desta maneira, passa-se a visualizar simultaneamente todos os agentes envolvidos na dinâmica concorrencial e institucional.

O Campo Organizacional é estruturado pela interação entre as organizações e os atores sociais envolvidos. É uma unidade inter-organizacional de competição, cooperação e coalizão, permitindo o desenvolvimento de uma consciência de interdependência e o controle da concorrência. Assim, as organizações tomam decisões semelhantes, pois agem com intuito de manter a estabilidade institucional, influenciando na formulação de políticas públicas ou na forma de autogestão

setorial. O Campo permite estabilizar mercados, sendo que o Estado e as associações privadas (certificadoras) são necessários para manter esta estabilidade.

Fligstein coloca como hipótese que, quanto maior a participação do Estado e da sociedade civil, maior será o grau de estabilidade dos mercados inseridos em um dado Campo. Isto pode ser visto no caso do mercado de produtos agroecológicos oriundos das agroindústrias artesanais, tendo em vista a atuação do Estado na implementação da legislação pertinente, viabilidade de produção e, mais recentemente, no auxílio à divulgação dos produtos no exterior. Tudo isto confere grande estabilidade ao Campo Organizacional destes produtos, garantindo preços remuneradores e menores incertezas na comercialização da produção.

Algumas experiências revelaram-se promissoras e sinalizam para caminhos possíveis a serem trilhados pelos agricultores da região investigada, desde que os agentes implicados consigam avançar na elaboração de uma legislação compatível com esses empreendimentos familiares, bem como no acesso aos mercados institucionais.

Nesse contexto, o estudo realizado por Mior (2005) indica mudanças importantes no oeste catarinense na perspectiva do que entende por *“trajetórias da agroindustrialização”*. De um lado, tem-se o movimento das grandes empresas que buscam adequar-se aos novos tempos, marcados pelos efeitos da globalização, adotando uma estrutura mais flexível e menos verticalizada. Há, não obstante, um outro movimento, bastante interessante, marcado, entre outras coisas, pela reinserção econômica e social da agricultura familiar a partir da

³ Este conceito aproxima-se bastante do modelo de análise das forças competitivas construído por Porter (1986) por considerar o papel dos produtos substitutos.

implementação de novas estratégias centradas na agroindustrialização.

Os produtores de embutidos de carne suína e de derivados lácteos dessa região catarinense⁴ estão conseguindo consolidar alguns espaços importantes no âmbito da comercialização, justamente em virtude da organização dos próprios produtores. As redes de relações entre os agricultores e suas famílias ou vizinhos são vistas como primordiais para a dinâmica da agroindústria familiar, a qual está inserida em um território que abarca o espaço físico da agroindústria e os respectivos processos de produção. O desenvolvimento destas redes de relações se origina no seio da família e se estende durante distintas fases da produção, estando atreladas a fatores como mão-de-obra, conhecimento técnico, capacidade de processamento e comercialização.

IV - Considerações finais

No marco desse projeto a certificação solidária é apontada como caminho através do qual torna-se possível ampliar as alternativas da agricultura familiar gaúcha. Do ponto de vista do consumidor, há alguns elementos que nos permitem apontar a crescente importância de uma nova consciência capaz de valorizar o papel transcendental dessas iniciativas, tanto do ponto de vista social e simbólico quanto ambiental. A produção agroecológica é vista como importante caminho através do qual torna-se possível estabelecer uma nova relação

com os consumidores, pautada em outros valores que se busca consolidar no plano dessas estratégias, como a preocupação com a inclusão social e com a geração de trabalho e renda nos espaços rurais.

Outro pilar fundamental que estrutura essa proposta recai sobre o papel do associativismo. Se individualmente o agricultor vê-se amarrado aos entraves burocráticos e armadilhas legais acima aludidas, com a criação de condomínios ou associações, torna-se viável adequarem-se aos imperativos fiscais e potencializar a comercialização de seus produtos. O selo agroecológico que se busca imprimir aos produtos requer o empenho de auto-regulação por parte dos produtores. Outro pilar transcendental da certificação solidária compreende a aposta na atuação sob a forma de redes de comercialização, tal como ocorre em outras experiências já consolidadas no Sul do Brasil que foram anteriormente mencionadas.

Exemplo concreto dessa estratégia pode ser visto na articulação construída em torno da Rede Ecovida no âmbito dos estados da Região Sul do Brasil. Essa importante iniciativa conta hoje com 21 núcleos regionais que integram 170 municípios, 200 grupos de agricultores e dez cooperativas de consumidores e 2.400 famílias envolvidas.

Em meio à diversidade de atores sociais implicados, há um sentido comum e recorrente, que aponta para o crescente protagonismo de redes horizontais e verticais que mobilizam recursos e energias em prol da abertura de novos espaços em locais e regiões cada vez mais distantes. É esta “plasticidade” da agricultura familiar que desafia permanentemente a percepção dos cientistas sociais, conferindo-lhe singularidade enquanto forma social de produção.

⁴ O oeste catarinense é uma região tradicionalmente marcada pela suinocultura e por sistemas inovadores de produção no âmbito da agricultura familiar. A ascensão e o caso dos condomínios suínocolas catarinenses (SACCO DOS ANJOS e MOYANO, 2001) é um dos exemplos dessa capacidade de enfrentamento aos desafios dos mercados.

Todas essas iniciativas esbarram, entretanto, na compatibilização de quatro grandes desafios representados pela legislação sanitária, fiscal, previdenciária e, mais recentemente, ambiental, sem a qual muitos destes projetos não poderão ir adiante. Torna-se fundamental apoiar processos de certificação e fortalecer o associativismo como medida capaz de transpor tais dificuldades e dos fatores e circunstâncias que conspiram para o estado de clandestinidade em que se encontra mergulhada a maioria das agroindústrias familiares no país.

Referências

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Agropecuário – 1995/1996**. Nº 22, Rio Grande do Sul. R. de Janeiro, Brasil, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da agricultura Familiar. Agroindústria – Legislação, Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006 . Disponível em <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0707612051.doc>. Acesso em 19 maio 2006.

FLIGSTEIN, N. **The transformation of corporate control**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

FLIGSTEIN, N. Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. **American Sociological Review**, v.61, p.656-673, agosto 1996.

GRANDO, M. Z. **Pequena Agricultura em Crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1990, 209 p.

GUZMÁN, E.S.; MOLINA, G.S. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCIA DE LEÓN, M.A. El campo y la ciudad. Madrid: [s.n.], 1996.

INCRA SADE...

MIOR, L. C. **Agricultores Familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

PORTER, M. **Estratégia Competitiva**. Ed. Campus. Rio de Janeiro. 1986

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V., SILVA, F. N. da, BECKER, C. Certificação social e solidária na região das Missões: a experiência do projeto Doce Sabor. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, **Anais...** Fortaleza, 2006. (CD).

SACCO DOS ANJOS, F. e MOYANO, E. New Forms of Economic Cooperation in Family Agriculture: The case of condominiums in Santa Catarina, Brazil. **Journal Of Rural Cooperation**, Jerusalem, v. 29, n. 1, 2001, p. 25-45.

* **NÁDIA VELLEDA CALDAS** é Socióloga, Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da UFPel, Bolsista CNPq e CAPES (Doutorado Sanduíche).

** **FLÁVIO SACCO DOS ANJOS** é Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias e do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e do Mestrado em Ciências Sociais da UFPEL, Bolsista de Produtividade do CNPq.